



POLITICA EDITORIAL MÉDICA DE LÍNGUA PORTUGUESA ?

I – Já noutra altura comentei as oscilações e contrastes do *tempo* que testemunhamos neste final de Século. Vivemos hoje os esmagadores movimentos para as *integrações*, para potenciar forças, capacidades, autonomias de grupo, em estratégia de sobrevivência e vitória na competitividade universalizada. Em todos os aspectos da Vida, individual, familiar, social, polilitica, religiosa.

Mas testemunhamos também hoje, a violência , levada ao cúmulo de deshumanidade, com que se defendem os *pequenos nossos*, as diferenças, a separação, as autonomias, a pretexto de raça, côr, estirpes, História ou histórias, religiões ou seitas, fundamentalismos, clubes ou mesmo nada.

II – É neste Mundo de movimentos antagónicos que se desenvolve a Ciência, e no caso que nos preocupa a Ciência e Investigação Médicas e os seus veículos de projecção geográficos e profissionais.

Os esforços conjuntos, atempados e disciplinados , com regras idóneas, de Centros em verdade distribuídos nos *quatro cantos da Terra*, permitiram uma autêntica revolução de conhecimentos, conceitos e *praxis* médica. A *sementeira* efectuada nos primeiros cinquenta anos do século, profundamente marcada pela regionalidade e pelo gesto localizado, segura na qualidade mas insuficiente na dimensão, apenas frutificou esmagadoramente quando os esforços se articularam, as fronteiras desapareceram, o investigador se apagou na multidão do grupo. Os últimos vinte anos da Medicina Científica refletem esta leitura.

Com frequência crescente, as revistas científicas *internacionais* identificam as autorias por siglas, e os nomes dos investigadores são registados, em caracteres mínimos, no final dos artigos, a encher páginas.

III – A universalização que constatamos foi possível porque se tomou consciência de que era indispensável para avançar, e porque sintonizou com justos interesses da Indústria Farmacêutica que, em paralelo, dela necessitava para progredir na pesquisa e êxito financeiro dos seus investimentos. Suporte de alguns anos, o recrutamento de milhares de doentes, o seguimento de números *jumbicos* de seleccionados para jogos de dupla ocultação, na mira da demonstração de populações significativamente diferentes e elevados limites de confiança, se possível em termos de mortalidade.

IV – A projecção destes estudos faz-se nas revistas médicas mais conceituadas internacionalmente, de leitura obrigatória para todos, em todo o mundo. Uma especializadas, outras a abranger toda a Medicina. Quase todas escritas em língua considerada internacional, o inglês.

O prestígio de publicar nestas revistas, justificado na medida da qualidade e difusão, por um lado, e dos critérios de selecção, por outro, levaram a um crescente movimento de valorização de autorias nelas realizadas. E depressa se chegou a um código de mais-valias relativas no quadro das publicações médicas internacionais. Onde, se não erro, não se encontra nenhuma escrita em português.

V – Quem estabeleceu as regras de valor, como determinou a importância relativa das disciplinas básicas umas com as outras ou com as clínicas, e destas entre si, como codificou revistas de matéria concorrente, como se alheou das pressões dos *grandes* em termos financeiros, políticos, sociais ou profissionais? Não valerá a pena procurar muito, o valor do código é necessariamente relativo, e apenas serviria para vagas aproximações.

Lamentavelmente assim não acontece. Sei de apreciações curriculares que se basearam nestes códigos a cair no, diria, absurdo de identificar até coeficientes. Em concursos ou provas académicas, e temo até que em concursos de carreira hospitalar.

VI – Valerá a pena publicar revistas portuguesas? Em português? É obvio que sim.

É com orgulho que lembramos a qualidade e oportunidade das edições médicas portuguesas ao longo dos anos, e particularmente nestes últimos quarenta. Semanários que testemunharam os primeiros passos na investigação, mensários, anais, revistas melhores umas que outras, mas dignas, alguma a povoar o nosso imaginário como a *Gazeta Médica*.

É também com orgulho que encontramos hoje tantas e tão boas revistas de regra especializadas, a lutar com as dificuldades que o meio acarreta, a querer vencer os obstáculos que visões *taquenhas* impõem, com particular realce para o escandaloso preço comprometido na distribuição. A Acta Médica Portuguesa é uma, entre pares.

Mas é com vergonha que assistimos a uma proliferação de *traduções* parcelares de algumas revistas estrangeiras para português, como se de serviço

à classe se tratasse, quando o que se pretende é captar dinheiros da publicidade incluída!

VII – A política editorial em língua portuguesa deve considerar no seu âmbito, a inclusão dos profissionais que falam português, em todo o Mundo. O desejo é expresso por muitos e sentido certamente por todos, de Macau a Cabo Verde. A ligar os que, afinal, ainda encontram histórico comum e trajectos remotos paralelos, e necessitam de instrumentos de difusão que ecoem o trabalho profissional e científico que, com tanta coragem, qualidade e persistência realizam nos seus países. As epopeias das Medicinas de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné e S.Tomé e Príncipe, ao lado de Macau e, porque não Brasil! E, quando fôr possível Timor – e quanto possível Goa. Certamente um dos mais eficientes perpetuadores da língua portuguesa.

E não despicientemente, para dialogar com os portugueses que, no mundo não português, praticam ou investigam Medicina e gozam e sofrem conosco as nossas glórias e derrotas.

A. SALES LUÍS